

A REPRESENTATIVIDADE RELIGIOSA NO LEGISLATIVO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DO PRIMEIRO ANO DA 56ª LEGISLATURA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

RELIGIOUS REPRESENTATIVENESS IN BRAZILIAN LEGISLATIVE: AN ANALYSIS OF THE FIRST YEAR OF THE 56TH LEGISLATURE OF THE CHAMBER OF MEMBERS

Lygia Bitencourt,
Vanessa Silva de Sousa

RESUMO

Este artigo pretende compreender as formas de intersecção entre religião e política no Brasil, a partir da análise da representatividade das formações religiosas no primeiro ano da 56ª legislatura (2019 – 2022) da Câmara dos Deputados. Considerando que a Câmara dos Deputados é uma instituição que reverbera valores da sociedade, foi selecionado o primeiro ano da legislatura mais recente desta casa legislativa. Para compreensão do período pesquisado, buscou-se, inicialmente, verificar o contexto políticos onde observou-se uma instrumentalização da religião para fins eleitorais. Levou-se em consideração ainda os dados do Censo religioso de 2000 e 2010, para compreensão da representatividade religiosa no contexto nacional. A análise do modo como a religião é representada e se comporta neste na Câmara dos Deputados foi realizada a partir do levantamento, seleção e indexação de todas as proposições com conteúdo religioso apresentadas no período. Um banco de dados destas proposições foi criado e elementos como autoria e partido político dos propositores das proposições de cunho religioso foram levados em consideração para construção da análise. Posteriormente foram criadas categorias a partir das formações religiosas que se apresentaram com intuito de verificar a representatividade delas no contexto estudado. Os dados permitiram constatar que a tão falada diversidade religiosa Brasileira não se observa, nem no cenário nacional e nem no contexto político pesquisado, mas observa-se um pluralismo religioso relativo, com os debates acerca da religião sendo pautados, majoritariamente, por atores políticos e por religiões cristãs, com uma baixa representatividade das outras formações religiosas.

Palavras-chaves: Representatividade, Religião, Política, Estado, Câmara dos Deputados.

ABSTRACT

This article aims to understand the forms of intersection between religion and politics in Brazil, based on the analysis of the representativeness of religious backgrounds in the first year of the 56th legislature (2019 - 2022) of the Chamber of Deputies. Considering that the Chamber of Deputies is an institution that reverberates society's values, the first year of the most recent legislature of this legislative house was selected. To understand the researched period, we initially sought to verify the political context where an instrumentalization of religion was observed for electoral purposes. The data from the religious census of 2000 and 2010 were also taken into account, in

order to understand religious representativeness in the national context. The analysis of the way in which religion is represented and behaves in it in the Chamber of Deputies was carried out based on the survey, selection and indexing of all the proposals with religious content presented in the period. A database of these propositions was created and elements such as authorship and political party of the proponents of the religious proposals were taken into account for the construction of the analysis. Subsequently, categories were created from the religious formations that were presented in order to verify their representativeness in the studied context. The data allowed to verify that the so-called Brazilian religious diversity is not observed, neither in the national scene nor in the researched political context, but a relative religious pluralism is observed, with the debates about religion being guided, mainly, by political actors and by Christian religions, with a low representation of other religious backgrounds.

Keywords: *representativeness, Religion, Politics, State, Chamber of Deputies.*

Introdução

Este artigo se propõe a analisar como a religião se manifestou no primeiro ano da 56ª legislatura (2019 – 2022) da Câmara dos Deputados, verificando as formas de intersecção entre religião e política no Brasil, a partir da representatividade das formações religiosas no contexto pesquisado.

Esta análise perpassa pelo contexto das eleições de 2018 e estas, por sua vez, são resultado de eventos que pautaram as relações entre religião e Estado na conjuntura brasileira. A pesquisa se justificativa devido à importância de se analisar o período mais atual do modo como a religião se manifesta numa instituição legislativa que reverbera valores da sociedade. Ainda pesa o fato ser o momento exatamente posterior ao período político, eleições de 2018, onde se constatou a instrumentalização da religião especialmente na campanha das eleições presidenciais.

Para alcançar o objetivo pretendido, iremos verificar o modo como a religião se manifesta no contexto legislativo a partir da seleção e análise das proposições cunho religioso apresentadas no período estudado. Conforme será visto, o modo como a religião foi instrumentalizada em contextos políticos anteriores é um fator primordial para compreensão do momento pesquisado, por essa razão, inicialmente apresentaremos o contexto das eleições imediatamente anteriores à 56ª legislatura, as eleições de 2018, bem como eventos importantes que pautaram a relação entre religião e política no Brasil.

Outro fator relevante para verificar a representatividade religiosa no âmbito legislativo estudado consiste na verificação da configuração nacional da religião, posto que a Câmara dos Deputados reverbera valores da sociedade brasileira. Por essa razão, iremos levar em consideração os dados relativos à representatividade das formações religiosas no país a partir de dados do Censo.

No decorrer do artigo procuraremos então demonstrar o modo como a religião se apresenta numa importante instituição legislativa, promovendo uma análise sociológica compreensiva das relações entre religião e Estado, tendo como base os contextos históricos, políticos e sociais da religião no Brasil.

1. Religião e política: as eleições de 2018 e outros cenários nacionais.

As eleições de 2018 para Presidente da República teve uma presença expressiva do elemento religioso, seja nas propostas e discursos dos candidatos, seja no apoio por parte de instituições e lideranças religiosas. Esta eleição também evidenciou o fim da disputa entre Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), um acirramento da polarização política, um aumento do antipetismo, as *fake news*, antigos temores do comunismo, pânicos morais, dentre outros. Tal contexto levou a uma mobilização de igrejas evangélicas em prol do então candidato a presidente da república pelo Partido Social Liberal (PSL), Jair Bolsonaro, e a uma movimentação nas redes sociais para uma demonização do PT e do então candidato do partido, Fernando Haddad (MARIANO e GERARDI, 2019).

O apoio dos evangélicos ao candidato Bolsonaro evidenciou um aumento do antipetismo evangélico, contudo, não consistia numa situação nova. Em 1989, nas eleições presidenciais, a demonização evangélica ao PT teve início, diminuiu no início do governo Lula (2002-2010), voltando a surgir em 2006 no contexto de projetos como os programas de combate à homofobia, projetos de criminalização da homofobia e descriminalização do aborto no PNDH-3. Tais assuntos pautaram debates com temas morais nas eleições de 2010, porém não impediram tanto o apoio de lideranças religiosas evangélicas à candidata petista Dilma, como Edir Macedo e Marcelo Crivella, quanto a sua vitória. Tal apoio veio com a promessa de que a então candidata se comprometesse com pautas como a não alteração da legislação sobre aborto e a liberdade de evangélicos pregarem contra a homossexualidade. (MARIANO e GERARDI, 2019).

Todavia, as boas relações não duraram muito tempo, com pressões após o programa de distribuição do Caderno Escola Sem Homofobia, um material didático que promovia o combate à discriminação por orientação sexual e que foi batizado de “*kti gay*”, o governo Dilma foi ainda palco de relações conflituosas entre o PT e outros partidos de esquerda, de um lado, e políticos da bancada evangélica, de outro. Um segundo momento relevante compreende a eleição do deputado Pastor Marco Feliciano (PSC-SP) em 2013 para a Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Câmara dos Deputados, em especial no que tange a projetos da bancada evangélica, como o Escola Sem Partido, que busca acabar com a suposta doutrinação marxista e a “*ideologia de gênero*” nas escolas e universidades. O recrudescimento do antipetismo evangélico fica evidente também quando da eleição do deputado evangélico da Assembleia de Deus (ADS), Eduardo Cunha (PMDB-RJ), para presidência da Câmara. Este pautou o pedido de *impeachment* da presidenta Dilma que foi aprovado em nome de Deus e da Família, com votos a favor de 89% da bancada evangélica, a bancada com mais votos favoráveis do Congresso Nacional. (MARIANO e GERARDI, 2019).

Todo esse contexto foi relevante para que nas eleições de 2018 observássemos um aumento deste antipetismo evangélico, um apoio maciço deste grupo religioso ao então candidato do PSL, Jair Bolsonaro e um discurso cada vez mais intenso de demonização do PT. O candidato do PSL utilizou em seus discursos eleitorais pautas importantes para os evangélicos, como combate a propostas de criminalização da homofobia, defesa da “*cura gay*”, do estatuto do nascituro e combate ao chamado “*kit gay*”, pautas morais defendidas por este e outros grupos religiosos. Como resultado, no segundo turno das eleições, Bolsonaro recebeu uma votação expressiva entre os eleitores evangélicos, 69% contra 31% para o candidato pelo PT, Haddad. Essa diferença não foi observada entre os eleitores católicos, posto que 51% votaram no candidato do PSL e 49% para o candidato petista. Haddad ainda ficou

atrás entre os eleitores espíritas (45%) e dos de outras religiões (32%), superando Bolsonaro apenas entre os das religiões de matriz-africana (70%), os sem religião (55%) e ateus e agnósticos (64%) (SALES e MARIANO, 2019).

Assim, percebe-se o quanto foi importante e primordial o voto evangélico para a vitória do Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018. Importante destacar ainda que, com esta polarização política observada no Brasil, especialmente a partir de 2013, mas intensificada nas eleições de 2018, observou-se uma consolidação de uma direita cristã, de modo que um antipetismo e um antiesquerdismo passaram a pautar posições políticas de lideranças e deputados evangélicos. (MARIANO e GERARDI, 2019).

Tal cenário é significativo para entender e analisar a configuração da Câmara dos Deputados no primeiro ano da legislatura estudada neste artigo, a 56ª Legislatura, um dos pontos que já evidencia este fato consiste na vitória expressiva de deputados do partido do candidato a presidente, Jair Bolsonaro, no momento sendo eleito pelo PSL. Este partido, na esteira do pleito presidencial, deu um salto na eleição de deputados para a 56ª legislatura, saindo da alcunha de partido nanico e destacando-se como a segunda maior bancada partidária da Câmara, ficando atrás apenas da bancada do PT, que já possuía uma bancada expressiva. Ainda, conforme será demonstrado, este partido figura como um dos maiores autores de propostas religiosas nesta casa legislativa no ano de 2019.

A instrumentalização da religião no processo político não é novidade no Brasil. Remontando as eleições para a presidência da república do país, percebemos que o quesito religião sempre esteve presente. Ainda, tal instrumentalização é pautada, essencialmente, por lideranças religiosas cristãs, o que evidencia uma característica importante do modo como a religião emerge no cenário político nacional. Desse modo, compreender a configuração religiosa brasileira é fundamental para análise da relação entre religião e política na Câmara dos Deputados, levando em consideração que esta instituição legislativa reverbera valores religiosos do país.

2. Pluralismo cristão: o pluralismo religioso relativo brasileiro.

O Brasil é um dos países com o maior contingente de cristãos. A configuração religiosa do país tem passado por transformações, o Catolicismo, outrora religião oficial do Estado, período do Império, tem perdido fiéis, cedendo assim um espaço para religiões evangélicas pentecostais. Observando-se os dados dos dois últimos Censos, percebe-se nitidamente o declínio deste segmento religioso, pois, em 2000 os católicos representavam 73,6% da população nacional, ao passo que em 2010, caiu para 64,6%. Por outro lado, temos observado um paulatino crescimento de evangélicos, que passaram de 15,4% para 22,2%.

Outro relevante fator consiste no aumento dos “sem religião” no país, com 7,4% em 2000 e crescendo para 8% em 2010. No que diz respeito aos adeptos das religiões de matriz-africana, nos Censos de 2000 e 2010 permaneceram com o diminuto índice de 0,3%. Contabilizados pela primeira vez em 1960 pelo Censo, os adeptos destas formações religiosas eram 0,6%, diminuindo pela metade até o último Censo. A expansão evangélica teve como resultado não apenas a diminuição de fiéis católicos no Brasil, mas impactou também as religiões de matriz-africana, que foram fortemente combatidas por estas igrejas, em especial a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), com um combate demonizante às entidades espirituais das religiões de matriz-

africana, resultando numa forte conversão destes indivíduos e diminuição de seus adeptos no país (SOUZA, 2019).

Os dados do Censo também evidenciam um elemento de extrema importância na análise da formação religiosa nacional, a tão propalada diversidade religiosa não se comprova, posto que há uma presença majoritária de indivíduos que se declaram de religiosidades cristãs. Somando-se os declarados como católicos e evangélicos, constatamos que 87,4% da população brasileira assumiu-se cristã em 2010. Neste cenário religioso, percebe-se que a presença de outras religiões no Brasil é ainda bastante diminuta, tanto em termos culturais quanto políticos, diante uma quantidade preponderante de instituições cristãs, observando-se não uma diversidade religiosa, mas sim um pluralismo cristão (SOUZA, 2012) ou ainda um pluralismo religioso relativo (BITENCOURT, 2018).

3. A religião no contexto legislativo nacional

A compreensão do cenário religioso nacional é importante para a análise do modo como a religião se comporta na Câmara do Deputados no primeiro ano da 56ª Legislatura, pois será demonstrada a representatividade das diferentes formações religiosas no debate acerca do elemento religioso nesta casa legislativa. É nesse sentido que o presente artigo pretende observar e analisar as formas de intersecção e as fronteiras entre religião e política no Brasil, neste contexto.

A análise¹ do modo como a religião se manifesta nesta casa legislativa foi realizada, inicialmente, pelo levantamento e indexação de todas as proposições de cunho religioso apresentadas no período estudado. Desse modo, como recurso metodológico, foi promovida, inicialmente, uma indexação das proposições que possuíam conteúdo religiosos apresentadas no primeiro ano, 2019, da 56ª legislatura da Câmara dos Deputados. A indexação foi realizada a partir da busca textual no próprio site da Câmara Federal, que disponibiliza mecanismos de pesquisa das proposições apresentadas nesta casa legislativa por assunto, estando disponível ainda o conteúdo completo das mesmas e sua tramitação. Com intuito de restringir a indexação a proposições com conteúdo religioso, utilizou-se as seguintes palavras-chaves na busca textual por assunto: religião, religioso, religiosa, cristianismo, cristã, cristão, católico, católica, evangélico, evangélica, protestante, protestantismo, umbanda, candomblé, muçulmano, islamismo, islã, espírita, espiritismo, judeu, judaísmo, judaico, Maçonaria, budismo, igreja, templo, terreiro, mesquita, sinagoga, padre, pastor, Buda, Deus, Jesus e Bíblia. Importante salientar que tais palavras foram selecionadas com intuito de abarcar um cenário religioso de modo mais abrangente.

Ainda, a busca textual por assunto no site da Câmara dos Deputados foi realizada levando em consideração 11 tipos de proposição: Proposta de Emenda à Constituição (PEC), Projeto de Lei Complementar (PLP), Projeto de Lei (PL), Projeto de Lei de Conversão (PLV), Projeto de Decreto Legislativo (PDC), Projeto de

¹ Os procedimentos metodológicos de seleção e categorização das proposições religiosas na Câmara dos Deputados foram realizados, originalmente, em pesquisa promovida por Lygia Bitencourt, na sua tese de doutorado em Sociologia "A religião na dinâmica parlamentar brasileira: uma análise de duas legislaturas", defendida em 2018, no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, que analisou, dentre outros elementos, o modo como a religião se apresentava na 54ª legislatura da Câmara dos Deputados. (BITENCOURT, 2018).

Resolução (PRC) Requerimento (REQ), Requerimento de Informação (RIC), Requerimento de Instituição de CPI (RCP), Mensagem (MSC) e Indicação (IND). Esta decisão metodológica se justificou pelo fato do modo como a religião se manifestou nessas se mais elucidativo para compreensão de como a religião se apresenta nesta casa legislativa. Além disso, essas 11 proposições foram selecionadas, pois tem origem na Câmara dos Deputados e, para fins desta pesquisa, foram levadas em consideração apenas proposições originadas nesta casa legislativa, estando então excluídas desta análise proposições como Medida Provisória (MP) e Projeto de Lei do Senado (PLS), que tramitam também na Câmara dos Deputados, contudo tem origem no Executivo e no Senado, respectivamente.

Tendo como base os recursos metodológicos apresentados, a partir de uma leitura inicial das proposições, foram identificadas e selecionadas proposições que apresentaram em seu texto qualquer conteúdo religioso, seja no sentido de promoção da religião, de neutralidade ou de hostilização da religião.

Utilizando-se estes critérios de pesquisa, foram encontradas 308 proposições que possuíam conteúdo religioso e que foram apresentadas no ano de 2019, primeiro ano da 56ª legislatura da Câmara dos Deputados. Estas proposições foram indexadas e um banco de dados foi montado, a partir das seguintes informações que a caracterizavam: tipo e número da proposição; autoria e coautoria; partido político do autor; religião e instituição religiosa.

Com as informações do banco de dados produzido e da leitura das proposições indexadas, utilizando o programa de análise Nvivo, promovemos uma análise do modo como a religião se apresenta e se comporta na Câmara dos Deputados, no período estudado, levando em consideração as formações religiosas encontradas, buscando compreender e examinar a representatividade das diferentes denominações religiosas no legislativo brasileiro, ao longo do primeiro ano da 56ª legislatura da Câmara dos Deputados e desse modo analisar as formas de intersecção entre religião, política e Estado no Brasil.

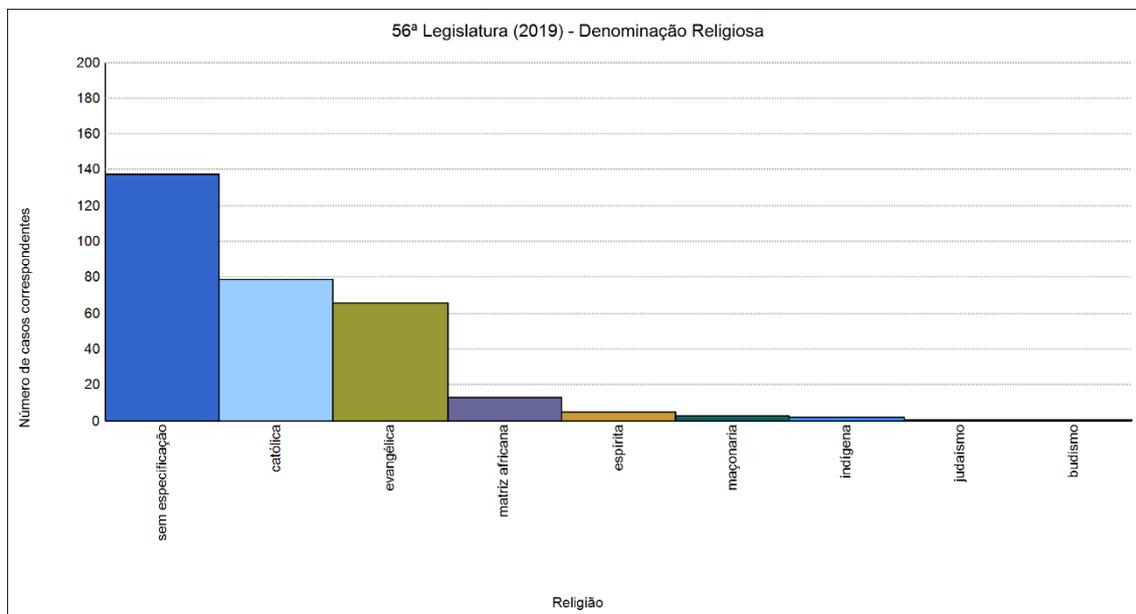
4. A religião no contexto legislativo: investigação e análise das proposições religiosas

A investigação do modo como a religião se apresenta e se comporta na Câmara dos Deputados, em 2019, primeiro ano da 56ª Legislatura desta instituição legislativa, será apresentada a partir da breve descrição das informações organizadas no banco de dados composto pelas proposições de cunho religioso apresentadas no período estudado. Enfatizamos que, para fins de produção deste banco de dados, todas as proposições religiosas foram levadas em consideração, estejam elas em qualquer situação, aprovadas ou não. Posteriormente, exporemos a análise das proposições por denominação religiosa, buscando assim compreender o modo como a religião se manifesta nesta casa legislativa, a partir da representatividade delas.

A descrição das proposições religiosas será construída tendo como base a denominação religiosa e o partido político, traçando ainda um apanhado dos partidos com identidade religiosa. No que diz respeito à religião abordada nestes 308 documentos legislativos, verificamos 8 denominações religiosas. Ainda, foi necessário estabelecer uma categoria que abrangesse as proposições com conteúdo religioso, mas não relacionadas a uma formação religiosa específica ou única, como por exemplo, proposições que abordavam questões relativas ao debate sobre a

intolerância religiosa, sendo estas classificadas como “Sem especificação”. Desse modo as proposições religiosas ficaram assim classificadas (e subclassificadas): Católica (79); Evangélica (66) (Pentecostal e Tradicional); Religião de Matriz-Africana (13) (Umbanda e Candomblé); Espírita (5); Maçonaria (3); Religião de Matriz-Indígena (2); Judaísmo (1); Budismo (1); “Sem especificação” (138) (cristã e não cristã).

Gráfico 1 – 56ª Legislatura (2019) – Denominação religiosa



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

Dentre as oito denominações religiosas que foram matéria de proposições apresentadas no primeiro ano da 56ª legislatura, é perceptível uma presença maior de proposições relativas à religiosidade cristã. As proposições que dizem respeito às religiões Católica e Evangélica, compreendem quase metade de todas as proposições religiosas, contando com 145 proposições, o que equivale a 47,07%. Ainda, se levarmos em consideração apenas as proposições que tratam de uma denominação religiosa específica, excluindo então a categoria “sem especificação”, de um total de 170 proposições, as denominações religiosas católicas e evangélicas, juntas, possuem 85,3% das proposições.

4.1 - A representação por partido e os partidos religiosos

No pleito de 2018 foram eleitos 513 deputados que se dividiram entre 30 partidos políticos, um pequeno aumento na quantidade de partidos se compararmos com as eleições de 2014, com 28 partidos. Destes 30 partidos, 22 foram responsáveis pela autoria de propostas legislativas religiosas.

Antes de apresentar como as proposições religiosas ficaram divididas entre os partidos no período estudado, é importante destacar o papel dos partidos políticos com identidade religiosa. Na 56ª legislatura foi possível identificar cinco partidos com identidade religiosa²: O Partido Trabalhista Cristão (PTC), o Partido Humanista da

² Tal identificação foi realizada a partir de pesquisa feita nos meios oficiais de divulgação dos próprios partidos, como sites, onde todos os cinco se apresentaram como partidos identificados com a religiosidade cristã.

Solidariedade (PHS), o Partido Social Cristão (PSC), o Democracia Cristã (DC) e o Republicanos.

Observando a quantidade de políticos eleitos que estes partidos religiosos conseguiram colocar na Câmara dos Deputados, a partir das legislaturas anteriores, é possível observar um aumento progressivo. Isto pois na 54ª legislatura esses partidos conseguiram eleger um total de 28 deputados, além de dois senadores. Na legislatura seguinte, a 55ª, observa-se um salto para 43 deputados e dois senadores e na legislatura atual, a 56ª, há um novo aumento de 47 deputados e três senadores.

Contudo, essa quantidade de deputados eleitos não está dividida de maneira igualitária entre os cinco partidos. O DC, antigo Partido Social Democrata Cristão (PSDC), mostra-se com o desempenho mais baixo dentre todos, pois na 54ª legislatura não conseguiu eleger nenhum deputado, alcançando na 55ª somente dois deputados e diminuindo para um na legislatura atual. O PTC, por sua vez, elegeu apenas um deputado na 54ª legislatura e conseguiu aumentar para 2 em cada uma das duas legislaturas seguintes. O PHS conseguiu aumentar a quantidade de eleitos no decorrer das três últimas eleições, mas ainda com o baixo desempenho, pois elegeu dois deputados na 54ª, aumentando para cinco na seguinte e atingindo a quantidade de 6 na legislatura atual³.

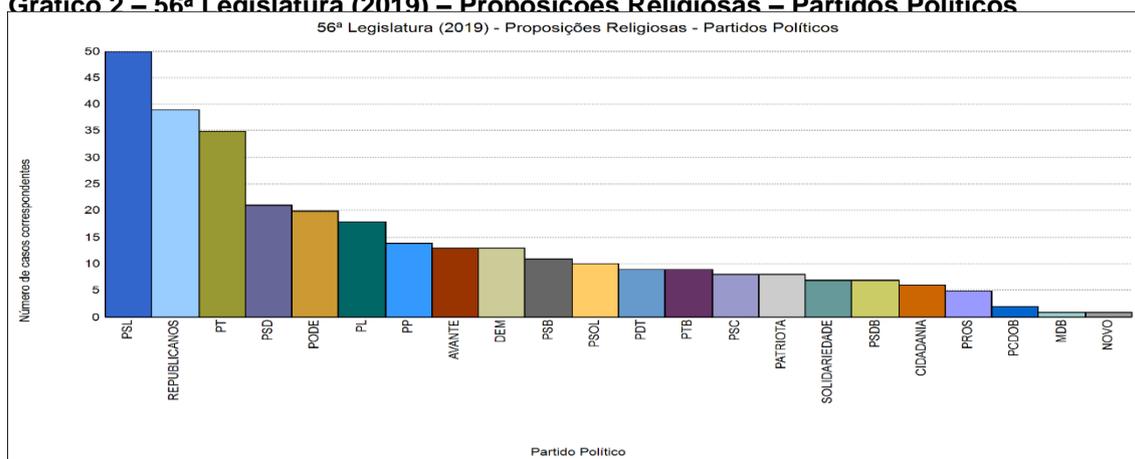
O PSC, dentre todos os partidos com identidade religiosa, foi o que conquistou a maior quantidade de eleitos na 54ª legislatura, 17, todavia, foi diminuindo, gradativamente, cadeiras na Câmara dos Deputados, pois na legislatura seguinte perdeu espaço ao eleger 13 deputados e na atual teve apenas 8 deputados vitoriosos. O Republicanos é o destaque dentre todos os partidos religiosos, pois obteve, no decorrer destas três legislaturas, um aumento no número de deputados nesta instituição legislativa, elegendo oito na 54ª legislatura, na legislatura seguinte mais do que dobrou o número de eleitos, com 21 deputados, e na atual alcançou uma bancada de 30 deputados.

Levando em consideração a quantidade de deputados eleitos pelos cinco partidos, por legislatura, é possível perceber que há um aumento progressivo de deputados destes partidos com ideologia cristã. Observando a situação dos partidos PTC, PHS e PSC e DC, que tiveram uma perda paulatina, um aumento pouco significativo ou uma manutenção da quantidade de eleitos, nas três últimas legislaturas, é possível perceber que o aumento de representantes eleitos, por legislatura, para a Câmara dos Deputados, por partidos de matriz religiosa, foi possibilitado pelo desempenho positivo do partido Republicanos, que tem alcançado um aumento progressivo de eleitos da 54ª a 56ª legislatura.

Contudo, nem todos os partidos com identidade religiosa se destacaram na apresentação de proposições de cunho religioso na 56ª legislatura, elementos como capital político e tamanho da bancada partidária fizeram diferença na quantidade de propostas apresentadas.

³ O PHS, em 2019, com autorização do TSE se uniu ao partido PODEMOS.

Gráfico 2 – 56ª Legislatura (2019) – Proposições Religiosas – Partidos Políticos



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

O gráfico acima demonstra a quantidade de proposições religiosas por partido político. Verifica-se que o Partido Social Liberal (PSL), emerge como grande destaque nas eleições de 2018, no que diz respeito ao número de eleitos para a Câmara dos Deputados, alavancados pela eleição para Presidência da República de Jair Bolsonaro, até então integrante do partido. Este partido elegeu 52 deputados em 2018, número significativo se compararmos com pleitos anteriores, como em 2014 que elegeu apenas um deputado. No que diz respeito às proposições de cunho religioso, no período estudado, o PSL destaca-se, também, por ser o partido, dentre todos, com maior quantidade de proposições deste tipo, 50 proposições. Conforme foi ressaltado anteriormente, o discurso religioso esteve muito presente nas eleições de 2018, na fala então candidato pelo PSL a Presidente da República, Bolsonaro, e de seus correligionários, discurso este que parece ter sido levado para os debates na Câmara dos Deputados.

O segundo partido com o maior número de proposições religiosas é o Republicanos, com 39 proposta legislativas apresentadas no período. Conforme explicitado acima, este partido, no decorrer das três últimas eleições, tem conquistado um número progressivamente maior de deputados eleitos para a Câmara. Consiste num partido que possui uma identidade religiosa, explícita em seu site de divulgação, onde se denomina um “(...) movimento político conservador, fundamentado nos valores cristãos (...)” (REPUBLICANOS, 2021). Além disso, apesar de não ter uma vinculação visual com setores religiosos, por não haver nem em seu nome ou símbolo algo que evidencie alguma representação religiosa, consiste num partido ligado a uma instituição religiosa, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Ele é controlado, presidido e dirigido por membros desta Igreja, que pretende, por meio dele, alcançar poder e influência. (VALLE, 2018)

No que diz respeito aos partidos com identidade religiosa, não foi possível encontrar, neste período, propostas legislativas apresentadas pelo DC e pelo PTC. Já o PHS foi incorporado ao PODEMOS em 2019, e este foi o quinto partido com a maior quantidade de proposições religiosos neste período, contudo, não se apresenta, nos seus meios oficiais, como um partido de identidade religiosa.

O PSC, por sua vez, mesmo com uma quantidade pequena de deputados, 8, se destaca devido a uma quantidade proporcional de proposições religiosas, pois apresentou também 8 proposições de cunho religioso no período. Este é um partido explicitamente de identidade religiosa, carregando em seu nome uma representação

religiosa. Metade dos deputados eleitos são integrantes da bancada evangélica e pertencem à Assembleia de Deus (ADS). Contudo, diferentemente do Republicanos que tem uma ligação com a IURD, o PSC não pode ser visto como ligada à ADS, pois possui quadros religiosos de outras denominações e também não é o único partido com deputados desta Igreja. (VALLE, 2018).

5. Análise das proposições religiosas: representatividade das formações religiosas na Câmara dos Deputados.

As 308 proposições de cunho religioso apresentadas na Câmara dos Deputados no ano de 2019, ficaram divididas, não proporcionalmente, entre sete formações religiosas e mais uma categoria que abarcou as proposições que não tratavam de uma denominação religiosa única e específica. A compreensão e análise dessas proposições será promovida a partir das denominações religiosas encontradas, tendo como base a quantidade de propostas legislativas, autoria e partido político, com recorte para os partidos religiosos.

Ressalta-se que, para fins desta pesquisa, não se buscou realizar uma análise de conteúdo do texto das proposições, mas sim da representatividade das formações religiosas no contexto legislativo brasileiro aqui estudado, a partir da quantidade de proposições de cada uma delas.

A análise será iniciada pelas duas formações religiosas com o maior volume de proposições, Católica e Evangélica. Em seguida, serão abordadas as religiões de matriz-africana, a terceira denominação religiosa com maior número de proposições. Posteriormente, serão circunscritas numa única categoria as outras formações religiosas, que apresentaram uma quantidade diminuta de proposições cada: Espírita, Maçonaria, matriz-indígena, Judaísmo e Budismo. Por fim, serão as proposições categorizadas como “Sem especificação” e ao final será feito um apanhado analítico das proposições cristãs.

5.1 As proposições religiosas católicas

A Igreja Católica no Brasil, historicamente manteve relações próximas com o Estado e até hoje é a instituição religiosa com maior número de adeptos. Conforme apresentando nos dados do Censo esta instituição religiosa vem experimentando uma queda no número de adeptos no país. Contudo, ainda consiste numa instituição religiosa com representatividade significativa nos debates legislativos, isto porque, no ano de 2019, na Câmara dos Deputados, foi a denominação religiosa com a maior quantidade de proposições identificadas. Dentre as 308 proposições de cunho religioso, 79 são católicas. Mesmo que se observe uma diferença diminuta em relação à quantidade de proposições evangélicas, 4,21%, ainda figura com a maior quantidade de proposições no período estudado.

Quando nos atentamos para os partidos que mais apresentaram proposições relativas à esta formação religiosa, constatamos que PSL, partido com a segunda maior bancada na Câmara, foi responsável pelo maior número de propostas legislativas apresentadas no período, com 20 proposições. O partido com a segunda maior bancada, o PT, foi também responsável por ser o segundo em quantidade de proposições católicas. As outras proposições ficaram assim divididas entre os partidos: PSD (7), PP (7), PODE (5), PSDB (4), PTB (4), PSOL (3), PL (3), PSB (3),

PROS (2), SOLIDARIEDADE (2), PCDOB (1), CIDADANIA (1). Cabe destacar ainda que o AVANTE, REPUBLICANOS, PSC, PDT, PATRIOTA e NOVO não apresentaram proposições relacionadas à religião católica.

Contata-se desses dados que os partidos com identidade religiosa cristã não foram autores de proposições relativas ao catolicismo. O REPUBLICANOS, mesmo sendo o segundo partido com maior quantidade de proposições religiosas, não apresentou qualquer proposição que abordasse a denominação católica.

Observando a autoria das proposições católicas, verifica-se que, dentre os 38 deputados que foram autores de proposições nesta categoria, os três que mais apresentaram propostas legislativas relacionadas ao catolicismo pertenciam a frentes parlamentares religiosas, sendo que dois deles são católicos e um evangélico. A deputada Chris Tonietto (PSL-RJ) foi responsável por apresentar a maior quantidade de propostas legislativas nesta categoria, com 13 proposições, um pouco mais da metade das 22 proposições religiosas de sua autoria no período estudado. A deputada se apresenta como católica em suas redes sociais e pertence atualmente à Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana da Câmara dos Deputados.

Em seguida há o deputado do mesmo partido, Heitor Freire (PSL-CE), que destinou 6 de suas 7 proposições com conteúdo religioso para a religião católica. O referido deputado se apresenta como cristão conservador em suas redes sociais, pertence atualmente à Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional, e, segundo o DIAP, é evangélico, fiel da Igreja Evangelho Pleno.

Em terceiro está o deputado Francisco Jr. (PSD-GO) que teve todas as suas cinco proposições religiosas relacionadas ao catolicismo. O deputado se apresenta como católico em sua página de divulgação, membro Renovação Carismática Católica é membro e coordenador da Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana da Câmara dos Deputados e, ainda, é membro da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional.

5.2 As proposições religiosas evangélicas: pentecostalismo em evidência

De acordo com dados do Censo, os evangélicos vêm apresentando um crescimento no número de fiéis, constituindo 15,4% de adeptos em 2000 e aumentando para 22,2% em 2010, ganhando progressivo espaço no cenário religioso nacional, em contraposição aos católicos, que ainda são maioria, porém vem perdendo em número de fiéis nos últimos anos. Os evangélicos pentecostais são os que se destacam tanto em proporção de adeptos quanto no crescimento destes, pois em 2000, declararam-se pentecostais 10,4%, aumentando para 13,3% em 2010. Os evangélicos de missão constituíam 4,1% em 2000 e teve uma leve queda em 2010, passando para 4% e os evangélicos não determinados eram 1% em 2000 e passaram para 4,8% em 2010. Percebe-se que a quantidade de evangélicos vem aumentando e sendo puxada pelos pentecostais e não pelas igrejas evangélicas tradicionais e esse desenvolvimento do pentecostalismo teve um impacto em todo cenário religioso nacional, não somente no campo evangélico, devido ao considerável ativismo proselitista de suas denominações (SOUZA, 2019).

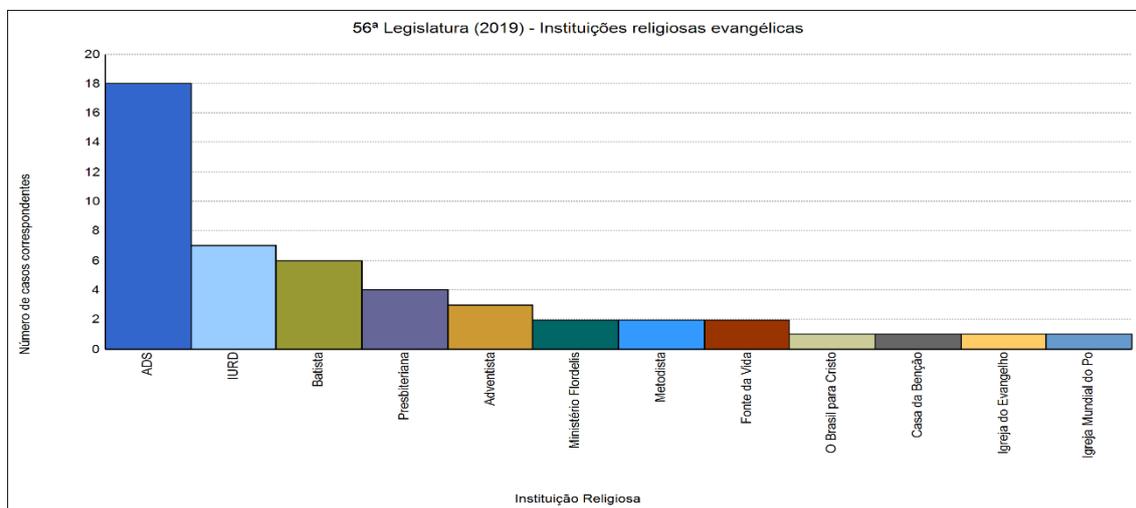
Tal fator é observado também no modo como a denominação evangélica se apresenta no período estudado na Câmara dos Deputados. Neste período, esta denominação religiosa foi a segunda com a maior quantidade de propostas legislativas, 66 dentre as 308 apresentadas. Esta categoria analítica sofreu ainda

subclassificação, a depender da instituição religiosa da qual se referia, “Tradicional” ou “Pentecostal”, e, ainda, “Sem instituição religiosa”, que são as proposições que se referiam à denominação religiosa evangélica, mas não mencionavam qualquer instituição religiosa específica.

A subclassificação realizada na pesquisa evidenciou uma predominância de proposta legislativas evangélicas relacionada às instituições religiosas pentecostais. Desse modo, das 66 proposições “Evangélicas” metade, 33, tratavam de religiões evangélicas pentecostais. Em seguida aparecem as “Sem especificação religiosa”, com 18 proposições e, por fim, a “Tradicional⁴”, com 15 propostas legislativas.

No que concerne às proposições religiosas evangélicas que se referiam a alguma instituição religiosa específica, foi possível perceber uma concentração de propostas legislativas em uma instituição religiosa, a Igreja Assembleia de Deus (ADS).

Gráfico 3 – 56ª Legislatura (2019) – Instituições Religiosas Evangélicas



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

As proposições que se referiam a alguma instituição religiosa evangélica pentecostal ou tradicional somaram 48. Destas, somente a ADS representa 37,5% das proposições, ainda, se somarmos as duas primeiras instituições religiosas, ADS e IURD, representa pouco mais da metade destas proposições, com 52,08%.

O Censo de 2010 evidencia também uma presença significativa de adeptos da ADS. Dentre os 13,3% de indivíduos que se declararam evangélicos pentecostais, quase metade, 6,46%, o equivalente a mais de 12,3 milhões de, eram membros de alguma ADS, maior igreja evangélica do país. Importante destacar que esta igreja não possui uma organização centralizada, cada um de seus templos gozam de relativa autonomia, existindo os “ministérios”, que consistem em uma rede de igrejas que possuem mesmo estatuto, além de diferentes convenções que são reuniões dos ministérios e dos pastores organizados de modo independente. (VALLE, 2018)

⁴ De acordo com Ricardo Mariano (2005), O Protestantismo Histórico ou Tradicional é historicamente definido por missões religiosas vieram ao Brasil com a intenção de conversão dos Brasileiros, além de imigrantes destas religiões que vieram morar no país. São exemplos dessas igrejas A Igreja Luterana, a Adventista, dentre outras. As instituições religiosas categorizadas como evangélicas tradicionais nesta pesquisa são: Igreja Batista, Igreja Presbiteriana, Igreja Adventista e Igreja Metodista.

Observando os partidos que apresentaram proposições religiosas evangélicas, constata-se que 14 deles foram responsáveis pelas 66 propostas legislativas apresentadas no período estudado. Dentre esses 14 partidos, o Republicanos, partido político que possui identidade religiosa cristã, foi o responsável pela maioria das propostas legislativas relacionadas à religião evangélica, com 16 delas. Em seguida aparece o PODE, partido ao qual o PHS, partido com identidade religiosa cristã foi incorporado, com 9 proposições. As outras proposições ficaram assim divididas entre os partidos: PSL (7), DEM (7), PSD (6), PL (5), PSB (3), AVANTE (2), PDT (2), PSC (2), PSOL (2), PT (2), SOLIDARIEDADE (2), PTB (1).

Percebe-se que dentre os cinco partidos que possuem identidade religiosa cristã e elegeram deputados para 56ª legislatura, três deles – Republicanos, PSC e PHS incorporado ao PODE – apresentaram proposições religiosas evangélicas, com destaque para o Republicanos que, das 39 proposições de cunho religioso apresentadas no primeiro ano de 2019, quase metade, 16, foram relativas à religiosidade evangélica.

O total de 31 deputados foram autores de proposições religiosas evangélicas no período e a maioria destes possui identidade religiosa evangélica⁵, 25 deputados, dos outros 6 não foi possível encontrar informações sobre a formação religiosa. Ainda, dos 31 deputados pouco mais da metade, 16, são adeptos da ADS e IURD, sendo 10 da primeira e 6 da segunda. Foi possível verificar ainda três deputados da Igreja Batista, dois da Igreja do Evangelho Quadrangular, e um da Igreja Presbiteriana, da Igreja o Brasil para Cristo e da Igreja Internacional da Graça de Deus.

Dentre estes 31 deputados, os três que mais tiveram autoria de propostas relativas a esta denominação religiosa pertencem atualmente à Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional e são evangélicos pentecostais. Destes, o deputado Roberto de Lucena (PODE-SP), fundador da igreja evangélica pentecostal O Brasil para Cristo, apresentou a maior quantidade, 8, dentre as suas 13 proposições religiosas apresentadas no período. Em seguida estão os deputados Júlio César Ribeiro (REPUBLICANOS-DF) e Enéias Reis (PSL-MG), com 5 proposições cada. O primeiro é pastor da igreja evangélica pentecostal Igreja Universal do Reino de Deus e das suas 8 proposições religiosas apresentadas no período, cinco foram relativas à denominação religiosa evangélica. Já o deputado Enéias Reis, afirma-se cristão e membro da Igreja evangélica pentecostal Assembleia de Deus em suas redes sociais e, das 6 proposições religiosas das quais foi autor, 5 foram relativas à denominação religiosa evangélica.

Percebe-se ainda que as proposições religiosas evangélicas não são apenas majoritariamente pentecostais, mas os autores destas proposições também são majoritariamente pentecostais. Tais elementos evidenciam o ativismo político evangélico e uma “instrumentalização religiosa da atividade política para promover interesses institucionais das igrejas” (SALES e MARIANO, 2019, p.16), mais especificamente pentecostal, demonstram a postura deste grupo religioso de adentrarem no espaço político, observada desde o período da Assembleia Nacional Constituinte de 1987 (PIERUCCI, 1996).

5.3 As religiões de matriz-africana: pauta da esquerda

⁵ A verificação da identidade religiosa dos deputados foi promovida em estudos publicados pelo DIAP e em nas redes sociais deles.

As religiões de matriz-africana aparecem como a terceira denominação religiosa com maior número de proposições apresentadas, 13 propostas legislativas. Apesar de ser um quantitativo consideravelmente menor do que as proposições relativas às religiões cristãs, católica e evangélica, evidencia que há um debate na Câmara dos Deputados acerca desta formação religiosa.

Convém observar ainda que a quantidade de propostas legislativas desta denominação religiosa, equivale a 4,22% das proposições religiosas apresentadas no período. Apesar de ser um número pequeno em comparação com as formações religiosas majoritárias, ainda é expressivo se levarmos em consideração a proporção de seus adeptos no Brasil, 0,3% no Censo de 2010.

Dentre as religiões de matriz-africana mencionadas no conteúdo das proposições, das 13, uma tratava especificamente da umbanda e duas do candomblé, as outras 10 proposições versavam sobre a religiosidade de matriz-africana, mas não relatava sobre uma religião específica.

Dos 22 partidos que tiveram proposições com conteúdo religioso no período estudado, seis foram responsáveis pela autoria de propostas legislativas relativas às religiões de matriz-africana, podendo ser observada uma predominância, quase totalidade, de partidos mais alinhados com uma esquerda política. A quantidade de proposições por partido ficou assim distribuída: PT (6); PSB (2); PSOL (2); CIDADANIA (1); PCDOB (1); PSC (1).

O Partido dos trabalhadores foi o terceiro partido com a maior quantidade de proposições religiosas apresentadas no primeiro ano da 56ª legislatura, com 35 proposições e o partido com a maior quantidade de proposições religiosas relacionadas às religiões de matriz africana, 6. Tal número representa quase metade do total de 13 proposições relativas às religiões de matriz-africana e 17,15% do total de proposições religiosas apresentadas no período por este partido.

As 13 proposições relativas às religiões de matriz-africana apresentadas no período tiveram como autores 12 deputados distintos. Apenas a deputada Érika Kokay (PT-DF) apresentou 2 proposições, as outras 11 proposições encontram-se divididas em 11 deputados diferentes: Áurea Carolina (PSOL-MG); Benedita da Silva (PT-RJ); Camilo Capiberibe (PSB-AP); Daniel Almeida (PCDOB-BA); David Miranda (PSOL-RJ); Helder Salomão (PT-ES); Lídice da Mata (PSB-BA); Marcelo Calero (CIDADANIA-RJ); Nelson Pellegrino (PT-BA); Otoni de Paula (PSC-RJ) e Vicentinho (PT-SP).

No que concerne à autoria, foi possível verificar a identidade religiosa de dois deles, Benedita da Silva (PT-RJ) e Otoni de Paula (PSC-RJ), ambo evangélicos pentecostais da ADS e pertencentes à FPE. Observa-se ainda que um partido religioso apresentou proposta legislativa, o PSC.

As religiões de matriz africana não possuem a expressão política das religiões evangélicas e católica, por essa razão a articulação públicas destas formações religiosas dependem de outros meios, como por exemplo a luta contra a intolerância, posto que estas religiões são vítimas maiores de discriminações (BURITY e GIUMBELLI, 2020). Em consonância com este fato, ao realizar a análise de conteúdo das proposições religiosas apresentadas na 54ª Legislatura da Câmara dos Deputados, Lygia Bitencourt (2018) verificou que as proposições relativas às religiosidades de matriz africana foram apresentadas essencialmente por partidos alinhados à esquerda e, mais ainda, o conteúdo das proposições tratavam,

essencialmente, de crimes de intolerância religiosa relacionados ao candomblé e à umbanda.

5.4 - Outras formações religiosas: representatividade relativa.

Uma categoria foi criada para abarcar as outras formações religiosas que se mostraram nas proposições analisadas do período, mas tiveram uma quantidade pequena de propostas. Cinco denominações religiosas integram esta categoria, sendo responsáveis por 12 proposições assim distribuídas com relação a quantidade de cada uma delas: Espiritismo (5); Maçonaria (3); Religiões de Matriz-Indígena (2); Budismo (1) e Judaísmo (1). Estas proposições tiveram 6 partidos como autores: PT (4), PP (2), PSDB (2), PDT (1), PSL (1) e DEM (1).

Dentre as 6 formações religiosas desta categoria, a religião Espírita possui a maior quantidade de propostas legislativas. Observando o contexto religioso brasileiro, poderemos verificar que os espíritas tiveram um crescimento relevante, passando de 1,3% no Censo de 2000, para 2% em 2010. Pesa ainda o fato de que parcela de seus adeptos não reconhece o Espiritismo como religião, o que de algum modo diminuiria a sua proporção demográfica, mas, por outro lado, importante ressaltar que parte dos professantes da umbanda prefere se identificar como espírita, seja por desconhecer a diferença entre as duas religiões, seja devido ao preconceito existente contra quem é umbandista (SOUZA, 2019).

No que diz respeito à presença dos espíritas no espaço público, observa-se uma baixa participação na política partidária e em emissoras de rádio e televisão, todavia, por outro lado, conta com um grande conjunto de instituições de caridade, um valor caro para esta denominação religiosa (SOUZA, 2012). No âmbito da Câmara dos Deputados, no período aqui estudado, esta formação religiosa contou com 5 proposições, sendo estas divididas em três partidos - PP, PSB e PDT - e 3 deputados, Franco Cartafina (PP-MG), Rafael Motta (PSB-RN), Subtenente Gonzaga (PDT-MG).

A Maçonaria figura com 3 proposições, apresentadas por três partidos e três deputados distintos: General Girão (PSL-RN), Geninho Zuliani (DEM-SP) e Sidney Leite (PSDB-AM). Todos os três tiveram apenas uma proposição de cunho religioso apresentada na Câmara dos Deputados no período estudado, sendo cada uma delas com conteúdo relacionado à Maçonaria. As duas proposições relativas às religiosidades de matriz-indígena tiveram como autora uma única deputada do Partido dos Trabalhadores, Professora Rosa Neide (PT-MT), cujas duas proposições de cunho religioso apresentadas eram relativas à religiosidade indígena. Já o Budismo e o Judaísmo contaram com uma proposição cada, apresentadas por dois deputados do Partido dos Trabalhadores, a deputada Erika Kokay (PT-DF) e o deputado Pedro Uczai (PT-SC).

5.5. Proposições “Sem especificação” e as propostas legislativas cristãs em destaque.

Conforme exposto anteriormente, foi necessário estabelecer uma categoria analítica que abrangesse as proposições que tivessem conteúdo religioso, mas não tratassem especificamente de uma denominação religiosa. Tais proposições foram categorizadas como “Sem especificação”. Contudo, foi necessária uma subclassificação desta categoria, pois foi observada que diversas proposições não tratavam especificamente de uma denominação religiosa, mas traziam em seu

conteúdo elementos do cristianismo. Desta forma, a categoria “Sem especificação” foi subdividida em “Cristã” e “Não Cristã”, com 57 e 81 propostas legislativas, respectivamente.

Este total de 138 proposições foram apresentadas por 20 dos 22 partidos autores de proposições religiosas, apenas o MDB e PCDOB não apresentaram proposições assim categorizadas. O partido com a maior quantidade de proposições nesta categoria é o Republicanos, com 23, não muito atrás está o PSL, com 22 proposições, seguido do Avante com 11 e do PL com 10.

Verificando apenas as proposições “Não Cristã” é possível observar que o Republicanos e PSL permanecem entre os três partidos com mais proposições apresentadas, divididos da seguinte forma, com a respectiva quantidade de proposições nesta categoria: Republicanos (10); Patriota (08); PSL (08); PT (07)⁶.

As proposições classificadas como “Cristãs” foram 57, elas possuíam conteúdo religioso relacionado à elementos da religiosidade cristã, mas não tratavam especificamente de alguma denominação religiosa, consistiam, por exemplo, em proposições que solicitam homenagens ao dia da Bíblia ou exaltavam valores cristãos.

Quando observamos os partidos políticos autores de propostas legislativas classificadas como “Cristãs” é possível constatar que o PSL (14), Republicanos (13) e Avante (11), são os três com o maior número nesta categoria. Já dentre os deputados autores figura como destaque o Pastor Sargento Isidoro (AVANTE – BA), com 11 proposições, seguido da Deputada Chris Tonietto (PSL – RJ), com 11 e Júlio César Ribeiro (Republicanos -DF), com 3. É possível constatar então que, os três deputados que mais apresentaram proposições religiosas classificadas como cristãs, são de formações religiosas cristãs, o primeiro é evangélico da ADS, a segunda declara-se católica e o terceiro é evangélico da IURD. Ainda, com relação aos partidos religiosos, cabe destacar o desempenho do Republicanos que foi o segundo partido com a maior quantidade de proposições classificadas nesta categoria, com 13 proposições. Além do Republicanos, o PSC, partido religioso, apresentou uma proposição nesta categoria.

Constando esta quantidade de proposições cristãs, dentro da categoria “Sem especificação”, promovemos a análise de todas as propostas legislativas apresentadas no período estudado, que tratassem da religiosidade cristã, sejam as que correspondiam a uma denominação religiosa específica, as católicas e evangélicas, sejam as que tratavam do cristianismo sem especificar uma formação religiosa. Realizamos a soma destas proposições e verificamos que, as três categorias juntas são responsáveis por mais da metade das proposições religiosas apresentadas no período, 202 proposições, das 308 apresentadas, o que equivale a 65,58% de todas as proposições religiosas.

Estes dados são relevantes por demonstrarem como a temática da religião é pautada no contexto político nacional, mais especificamente, no âmbito legislativo, a saber, com uma predominância de pautas relativas à religiosidade cristã. A tão propalada diversidade religiosa brasileira não é constatada no âmbito legislativo,

⁶ As proposições categorizadas como “Não cristãs” ficaram assim subdivididas no que concerne a quantidade de proposições apresentadas por partido: Republicanos (10); Patriota (08); PSL (08); PT (07); PL (06); Cidadania (04); DEM (04); Pode (04); PSC (04); PTB (04); PSOL (03); Solidariedade (03); PDT (02); PP (02); PROS (02); NOVO (01); PSB (01). O AVANTE, PCDOB e MDB não apresentaram proposições nesta categoria.

sendo o debate a respeito da religião pautado essencialmente por formações religiosas cristãs.

Considerações finais

A análise do modo como a religião se manifestou no primeiro ano da 56ª legislatura da Câmara dos Deputados, evidenciou elementos importantes das formas de intersecção entre religião, política e Estado no Brasil, além de demonstrar como o contexto político que antecipou a legislatura estudada influenciou o modo como a religião se manifestou no âmbito legislativo estudado.

Um dos pontos observados consiste na evidência do aumento de políticos eleitos por partidos com identidade religiosa e este aumento ocorreu de forma progressiva. Tal fator demonstra que o modo como a religião foi instrumentalizada nas eleições para presidência da república, com discursos e pautas religiosas e de moral privada, com a participação expressiva de lideranças religiosas, especialmente evangélicas, foi fator preponderante para o modo como a religião se manifestou no contexto e período estudado.

Outra questão que se revelou diz respeito à representatividade das religiões no âmbito legislativo, com uma predominância das religiosidades cristãs nos debates acerca da religião no contexto da Câmara dos Deputados. Quando observamos as proposições católicas e evangélicas verificamos ainda que os deputados que mais apresentaram proposições nestas duas categorias possuíam identidade religiosa cristã e pertenciam a frentes parlamentares religiosas. Ainda, quando nos voltamos para a religião evangélica, nota-se que o debate acerca desta denominação religiosa foi pautado pelo pentecostalismo, com destaque para as instituições religiosas Assembleia de Deus e Igreja Universal do Reino de Deus. A primeira se destaca por possuir a maior quantidade de proposições no período, a segunda tanto por ser a segunda em quantidade de proposições, como por estar ligada a um partido de identidade religiosa, o Republicanos, que foi o segundo com a maior quantidade de proposições religiosas no período estudado.

Assim, os dados da pesquisa evidenciaram que a tão propalada diversidade religiosa no Brasil na verdade não se observa, nem em âmbito nacional, com quantidade de adeptos por formação religiosa, nem no contexto legislativo. Isto pois no primeiro caso, há uma presença majoritária de adeptos de religiões cristãs, católicas e evangélicas, e no segundo caso, observa-se que o debate acerca da religião é pautado por formações religiosas cristãs, também católicas e evangélicas. Deste modo, quando analisamos as formas de intersecção entre religião, política e a diversidade religiosa no Brasil, constatamos que, no contexto legislativo estudado, verifica-se um pluralismo religioso relativo, com uma baixa representatividade de outras formações religiosas, diante de uma predominância de denominações religiosas cristãs.

REFERÊNCIAS

BITENCOURT, Lygia. **A religião na dinâmica parlamentar brasileira**: uma análise de duas legislaturas. 2018. 274 f. Tese (Doutorado em Sociologia). – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

BURITY, Joanildo; GIUMBELLI, Emerson. Minorias Religiosas: identidade e política em movimento. **Relig. soc.**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 9-18, Jan. 2020.

Disponível em: <Available from

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872020000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em jan. 2021.

DEMOCRACIA CRISTÃ. **Democracia Cristã**. Disponível em: <<https://www.democraciacrsta.org.br/>>. Acesso em: jan. de 2021.

DIAP. **Radiografia do novo Congresso: Legislatura 2019-2023**. Brasília: DIAP, 2018, 164 p. (Estudos Políticos do DIAP).

FREIRE, Heitor. **Página inicial**. Instagram: Heitor Freire. Disponível em: <[Heitor Freire \(@heitorfreire\) • Fotos e vídeos do Instagram](https://www.instagram.com/heitorfreire/)>. Acesso em: jan. de 2021.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. IBGE, 2000.

_____. **Censo Demográfico 2010**. IBGE, 2010.

JR., Francisco. **Francisco Jr. – Perfil**. Disponível em:

<<https://franciscojr.com.br/franciscojr/>>. Acesso em: jan. de 2021.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais. Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005. 246p.

MARIANO, Ricardo e GERARDI, Dirceu André. Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. **Revista USP**, São Paulo, n. 120, p. 61-76, janeiro/fevereiro/março, 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/155531>> Acesso em: jan. 2021.

PARTIDO HUMANISTA CRISTÃO. **Partido Humanista Cristão**. Disponível em: <www.phs.org.br>. Acesso em: jan. 2019.

PARTIDO SOCIAL CRISTÃO. **Partido Social Cristão**. Disponível em: <<https://psc.org.br/>>. Acesso em: jan. 2021.

PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO. **Partido Trabalhista Cristão**. Disponível em: <<http://www.ptc36nacional.com.br/>>. Acesso em: jan. 2021.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Os representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. In: PIERUCCI, A. F., PRANDI, R.: **A realidade Social das religiões no Brasil**, São Paulo: Editora Hucitec, 1996. p. 163-191.

REIS, Eneias. **Página inicial**. Instagram: Deputado Eneias Reis. Disponível em: <<https://www.instagram.com/deputadoeneiasreis/>>. Acesso em: jan. de 2021.

REPUBLICANOS. **Republicanos**. Disponível em: <<https://republicanos10.org.br/>>. Acesso em: jan. 2021.

SALES, Lilian; MARIANO, Ricardo. Ativismo político de grupos religiosos e luta por direitos. **Relig. soc.**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, p. 9-27, Aug. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872019000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: jan. 2021.

SOUZA, André Ricardo de. O Pluralismo Cristão Brasileiro. **Caminhos**, Goiânia, v. 10, n. 1, p. 129-141, jan./jun. 2012. Disponível em:

<<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/1953>>. Acesso em: jan. 2021.

_____. Pluralidade cristã e algumas questões do cenário religioso brasileiro. **Revista USP**: São Paulo, n. 120, p. 13-22, janeiro/fevereiro/março 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/155528>>. Acesso em: jan. 2021.

TONIETTO, Chris. **Página inicial**. Facebook: Chris Tonietto. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ChrisTonietto/>>. Acesso em: jan de 2021.

VALLE, Vinicius Saragiotto Magalhães. **Direita religiosa e partidos políticos no Brasil**: os casos do PRB e do PSC. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v.13, n.2, p.85-100, dez. 2018.